

## Unidade e diversidade: a cultura europeia e as línguas da Comunidade\*\*

O tema geral em torno do qual este congresso foi organizado é «A secretária no espaço europeu». As comunicações e intervenções que aqui foram feitas nestes dias caracterizaram uma Europa em construção, definiram diferentes linhas de um projecto global que cruza já o espaço ocupado por doze Estados europeus. Esse projecto, o de uma Comunidade Europeia, desdobra-se em diferentes linhas, onde se buscam princípios de unificação ou de coordenação: união política, económica e monetária, coordenação nos desenvolvimentos das políticas de educação e formação, nas condições de livre circulação e no estabelecimento de padrões profissionais. Muitas outras questões se poderiam juntar a estas: a definição de políticas agrícolas e industriais, de saúde, militares e de armamento, ou a criação e desenvolvimento de estratégias ecológicas e ambientais.

A reflexão e o desenvolvimento de medidas comuns ou coordenadas nestas áreas irá criar, no seu conjunto, uma «nova» Europa. Mas a Europa, a que tantas vezes se chamou o velho continente, e que tem sido, ao longo de séculos, um espaço de tensões e de conflitos, poderá corresponder a um projecto de unificação de todo um conjunto de estruturas e, ao mesmo tempo, manter a variedade de culturas que ao longo de séculos a marcaram pela criatividade? Em que medida será esta Europa uma construção artificial, e até que ponto se poderá esperar ou prever que os ideais da Comunidade venham a ser interiorizados pelos povos que partilham este espaço europeu?

É a estas perguntas que tentarei responder, observando, em primeiro lugar, alguns momentos da história do pensamento europeu e, depois, analisando algumas das medidas comunitárias que poderão contribuir decisivamente para a criação de um espírito de cidadania europeia.

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e coordenadora nacional do Programa Língua.

\*\* Comunicação apresentada ao Congresso sobre a Secretária no Espaço Europeu, organizado em Lisboa pelo ISLA de 29 a 31 de Maio de 1992.

À laia de epígrafe, gostaria de começar pela citação de um poema, de todos conhecido:

*A Europa jaz, posta nos cotovelos:  
De oriente a ocidente jaz, fitando,  
E toldam-lhe românticos cabelos  
Olhos gregos, lembrando.  
O cotovelo esquerdo é recuado;  
O direito é em ângulo disposto,  
Aquele diz Itália onde é pousado;  
Este diz Inglaterra onde, afastado,  
a mão sustenta, em que se apoia o rosto.  
Fita, com olhar esfíngico e fatal,  
O Ocidente, futuro do passado.  
O rosto com que fita é Portugal.*

Estas linhas, que abrem a *Mensagem*, sugerem-nos a imagem geográfica da Europa — imagem de um território disperso, de contornos irregulares, onde apenas quatro pontos são destacados: a Grécia, a Itália, Inglaterra e Portugal. A sul, a norte e a ocidente, estes pontos caracterizam os contornos físicos desta figura jazente, mas podem também caracterizar os seus contornos culturais. A Grécia contém referência à raiz helénica do pensamento ocidental, enquanto a Itália evoca a civilização romana, o cristianismo medieval, o Renascimento. A Inglaterra poderá lembrar a Reforma, mas associa-se directamente à revolução industrial e ao desenvolvimento da Europa contemporânea. Portugal é o enigma: como rosto da Europa, olha fora dela, o Ocidente onde encontrou novos mundos. Portugal contém a ambiguidade da sua situação geográfica — ou é a cabeça da Europa, simbolizando a sua abertura para novos continentes, ou é a cauda de uma constelação de Estados, que as estrelas comunitárias visam representar, voltados agora para o seu centro, onde, no eixo, Bruxelas, Luxemburgo, Estrasburgo, inventou as novas sedes de organização e orientação.

A Europa é, pois, um espaço geográfico que, na própria singularidade dos seus contornos — a norte, sul e ocidente —, sugere a variedade dos seus povos. Mas logo surge uma questão complicada, que consiste em definir os contornos da Europa a leste. As periferias definidas pela Grécia, Inglaterra ou Portugal deveriam ser complementadas com outras, a oriente. Mas estas são fluidas, tendo sido por vezes integradas, outras vezes rejeitadas, relativamente a uma entidade que se quer apreender como um todo. Se não merece dúvida que a Hungria, a Polónia ou a Checoslováquia fazem parte da Europa, já as opiniões se dividem a respeito da Rússia. O general De Gaulle imaginava uma Europa do Atlântico aos Urais, separando, assim, uma Rússia europeia de outra asiática. Também o recente pedido de adesão da Turquia à Comunidade Europeia faz alastrar os contornos da Europa para a Ásia Menor, enquanto as repúblicas bálticas recuperam as suas ligações à Europa e a Comunidade de Estados Independentes procura princípios de organiza-

ção política e económica segundo modelos a que normalmente chamamos «europeus». O espaço geográfico europeu é, de facto, impreciso. Mas a ideia de Europa existe para além dos doze Estados que, hoje em dia, integram a Comunidade Europeia. Ao falar de Europa, existe, subjacente, a noção de que uma «cultura» comum é partilhada, permitindo o reconhecimento de raízes idênticas, a orientação segundo os mesmos conceitos fundamentais, a adopção tácita de valores comuns.

Mas, ao falar de cultura, convém desde logo definir, com a precisão possível, do que se está a falar. Com efeito, a palavra tem servido tantas vezes em discursos tão diversos que o seu sentido acaba por se desvirtuar.

Já em 1948 T. S. Eliot se inquietava com a utilização deste vocábulo e em *Notes towards the Definition of Culture* procurava definir as condições na ausência das quais não pode existir cultura. A inquietação de Eliot resultava do reconhecimento das mudanças profundas que a Europa sofria no pós-guerra e da constatação de que as referências tradicionais do Ocidente poderiam vir a mudar, ou mesmo a desaparecer.

Da análise deste texto podemos, entre muitas outras, tirar duas ilações, desde já relevantes. A primeira consiste num sinal de alerta face a projectos de reorganização e reestruturação da Europa no período imediatamente a seguir à Segunda Guerra Mundial, advertindo contra a imposição de abstrações políticas ou sociológicas. A segunda consiste no desenvolvimento sistemático de uma análise de cultura. Por outras palavras, Eliot vê com apreensão o desenvolvimento dos modelos político-sociais do comunismo e do socialismo da Europa de Leste e o fascínio que estes exercem sobre alguns sectores de opinião no Ocidente. Vê também com apreensão o lançamento de organizações, tuteladas pelas Nações Unidas, como a UNESCO, que pretendem orientar políticas educacionais, científicas e culturais. A sua análise da cultura serve então uma finalidade que é a de, ao clarificar e descrever as estruturas essenciais sobre as quais assenta desde há séculos a cultura ocidental, que qualifica como *higher culture*, prever que a alteração profunda dessas estruturas conduzirá a uma degradação da cultura. A garantia da sobrevivência desta cultura superior ao sair das ruínas da Segunda Guerra Mundial não estaria numa economia planificada, nem na massificação da instrução nacional. Porque cultura é, para Eliot, também uma condição interior, individual. E as teorias da cultura que a partir dos anos 50 se têm desenvolvido têm assentado predominantemente num ou no outro aspecto da metodologia eliotiana.

A tradição da antropologia e o desenvolvimento dos estudos sociológicos têm levado a propostas de análise da cultura em termos da definição de padrões organizacionais e comportamentais, bem como à descrição de estruturas sócio-culturais. Nesta linha, cultura poderá definir-se, em síntese, como a combinação de comportamentos e acontecimentos no mundo físico. Paralelamente, os desenvolvimentos da linguística, da psicologia e da análise literária ou estética concorrem para a definição de propostas que definem cultura como um sistema de saber, um sistema interior conceptual que subjaz

e orienta o comportamento e os acontecimentos observáveis. Nesta acepção, a cultura não é um fenómeno material, não consiste em coisas, comportamentos ou emoções. É a organização destas coisas, a sua forma mental, os modelos que as pessoas têm para apreender, relacionar e interpretar as coisas.

No desenvolvimento da investigação sobre a ideia de cultura será talvez desejável distinguir as concepções que acabei de expor. Mas na análise do fenómeno cultural elas estão inevitavelmente ligadas e a interpretação decorre do modo como se lê a interacção entre os fenómenos do mundo físico e os do mundo interior, individual. Assim, as ideias, os conceitos, os valores que orientam a experiência, a decisão e a acção, estruturam-se em meios físicos definidos, que parcialmente as formam, mas que elas podem também modificar. A acção dos pensadores tem, assim, uma importância primordial na análise da cultura. Através dos textos, passados e contemporâneos, podemos traçar a história do desenvolvimento e transformação das ideias que informam a nossa cultura.

A ideia de Europa é uma delas, aquela que, no momento presente, está na primeira linha de todos os debates. O percurso desta ideia tem sido analisado em obras extensas, onde se destaca desde logo a de Jean Baptiste Duroselle, de 1965, *L'idée de l'Europe dans l'histoire*, com prefácio de Jean Monnet. Duroselle atribui importância primordial ao aspecto político da ideia de Europa, onde as regras do direito público, os tipos de diplomacia, as concepções de guerra, serão referências obrigatórias. Como o próprio autor afirma, o seu objectivo é perceber onde se situa a Europa na hierarquia dos valores políticos. A problematização da ideia de Europa, como uma criação do espírito humano a partir de uma realidade geográfica mal delimitada, tem-se desenrolado, como uma espécie de luta dialéctica, entre a visão das diferenças e a visão da unidade superior. Os que insistiam nas diferenças exaltavam os reinos, os Estados, as nações. Os que insistiam na unidade superior foram, ou partidários da unidade cristã, ou cosmopolitas, ou pacifistas, ou mesmo conquistadores, que quiseram unificar a Europa pela força sob a autoridade de um dos seus povos. Mas, segundo ainda Duroselle, a estas categorias de unificadores veio recentemente acrescentar-se outra, a dos partidários de uma Europa unida, ou seja, de uma supernação transcendendo as nações. Um abismo separa os europeístas do pós-1945 dos seus «precursores». A novidade reside na vontade de restituir a riqueza, o poder, o brilho, a nações que os perderam, reduzindo o valor «nação» e exaltando o valor da união num quadro europeu que lhes parece simultaneamente mais natural — dadas as semelhanças entre as nações — e mais prático — dada a proximidade geográfica.

Posicionando-se, teoricamente, em 1945, Duroselle faz, por um lado, o balanço de uma ideia de Europa multissecular e, por outro lado, descreve brevemente os movimentos para a unificação da Europa nas duas décadas subsequentes. Na conclusão deste trabalho o autor constata as potencialidades unificadoras da comunidade económica, dando lugar ao mercado comum e abrindo perspectivas de unidade política. Para ele, apesar de algu-

mas linhas de continuidade historicamente observáveis, estas ideias e as iniciativas que delas decorrem são radicalmente novas. A ideia de Europa comunitária não teria, de facto, precursores.

Volvidas três décadas após a análise de Duroselle, e não obstante os desenvolvimentos económicos e políticos que se têm operado na Comunidade, esta não coincide ainda com os limites geográficos da Europa e o espaço europeu teima em continuar indefinido a leste. Por outro lado, tem-se vindo a verificar nos últimos anos a necessidade imprescindível de debate e concertação num novo campo, crucial para o desenvolvimento da Comunidade — a educação. E nenhuma política de educação poderá ser bem sucedida se não lhe estiver subjacente o reconhecimento da realidade cultural.

Parece, pois, não ser possível desenvolver plenamente a Europa comunitária sem uma reflexão sobre o ensino, a aprendizagem e a relação entre estes e os desempenhos profissionais. Os conteúdos disciplinares que são transmitidos são portadores de elementos formativos e informativos, simultaneamente. E a imagem da Europa que se vier a criar, interiorizando-se e orientando os comportamentos individuais, não pode ser dissociada da tradição da cultura europeia, sob pena de se seccionarem artificialmente continuidades e equilíbrios e o novo «edifício» ser erguido sem fundações.

A imagem contemporânea da Europa, como um espaço geográfico onde têm coexistido, ao longo de séculos, traços de unidade no pensamento e na continuidade de algumas instituições, é também marcada pela constatação da diversidade dos povos, evidenciada na diversidade linguística. Será de algum interesse, creio, observar um pouco melhor a génese desta imagem e problematizar os modos como este paradoxo, da unidade na diversidade, tem sido transmitido.

Parece-me legítimo afirmar que uma boa parte da interpretação que hoje em dia é dada ao passado cultural europeu tem a sua origem no pensamento de autores de finais do século XVIII e do século XIX. Sensivelmente a partir de meados do século XVIII começa a surgir, um pouco por toda a Europa, a noção de identidade nacional, que se assume, deliberadamente, no uso das línguas nacionais. O patriotismo como um valor é tratado já em 1736, em Inglaterra, em textos que se intitulavam *Letter on the Spirit of Patriotism* ou *Idea of a Patriot King*. O francês, a língua da diplomacia, começava a ser substituído pelo inglês e novos hábitos linguísticos se impunham um pouco por toda a parte. Como dizia d'Alembert, contristado, «a Alemanha começa a abandonar o latim e não duvido de que em breve os Suecos, os Dinamarqueses e os Russos lhe sigam o exemplo». E prevê mesmo, com inquietação, que «antes do fim do século XVIII um filósofo que queira instruir-se a fundo nas descobertas dos seus antecessores se verá obrigado a sobrecarregar a memória com sete ou oito línguas diferentes; e que, depois de ter consumido o tempo mais precioso da sua vida a aprendê-las, acabará por morrer antes de ter tido tempo para começar a instruir-se».

A emergência do espírito nacionalista no século XVIII manifestar-se-á de muitas maneiras: na revolução americana, em 1776, na reacção neerlandesa

contra o monopólio francês, no aparecimento dos *patriotes* em França e depois na Revolução Francesa. No âmbito das letras, o surto do romance em Inglaterra ou o desenvolvimento do romantismo alemão e, depois, dos outros romantismos são outras tantas manifestações deste novo espírito.

O romance inglês de Richardson, Fielding ou Sterne começa a explorar áreas de sensibilidade e a dramatizar comportamentos de uma nova classe média, elegendo modelos totalmente diversos dos clássicos, que marcavam a teoria literária do iluminismo. Os modelos surgem agora da observação dos comportamentos quotidianos e estão por vezes longe, como Tom Jones, de corresponder a padrões de virtudes recomendáveis. A grande virtude de Tom Jones é a sua sinceridade, a total ausência de hipocrisia.

Outros valores, socialmente recomendáveis, são transmitidos através do romance: as virtudes domésticas, a castidade, o sentimentalismo, mas também o espírito de aventura e os dotes comerciais. Um público cada vez mais vasto lê estes romances e neles se vão definindo os traços que mais tarde tipificarão o *John Bull*, portador de atitudes e costumes tão diferentes já das atitudes continentais, nomeadamente das portuguesas, e nem sempre totalmente apreciadas.

Em França Rousseau afirma a sua devoção à ideia de nação no *Contrat social*, onde defende que a influência nacional seja transmitida pela educação, de forma que as opiniões e gostos façam as pessoas patriotas, por inclinação, paixão ou necessidade. E na Alemanha Herder investiga as raízes da cultura alemã e descobre a ideia do *Volk*, a comunidade nacional, cujos limites estão contidos pela língua materna, que se aprende involuntariamente, que é para ele a manifestação imediata e instintiva da natureza humana, quer se trate do grito de dor, quer da dissertação filosófica.

A geração imediatamente posterior a Herder irá desenvolver os seus princípios e o romantismo alemão, e logo de seguida todos os outros romantismos irão questionar os valores cosmopolitas e universais do iluminismo, dando origem a todo um repensar da cultura europeia.

É com os românticos que a imagem da Europa medieval se renova e se interpreta, começando a definir-se alguns dos contornos que ainda hoje são objecto de análise. A Idade Média, desvalorizada pelo pensamento racionalista do iluminismo, é agora vista como contendo as raízes essenciais da cultura europeia, na sua unidade e na sua diversidade. Ninguém melhor do que Novalis, no ensaio *Die Christenheit oder Europa (A Cristandade ou a Europa)*, interpreta essa época distante, em que o cristianismo unia os povos europeus. Mas a decadência da religião teria levado à fragmentação da Europa em Estados diversos e a própria religião se dividira, com as reformas. O racionalismo e a *Aufklärung* acentuaram estes traços, e, ao concluir a sua análise, Novalis apela a uma renovação da Europa através da religião.

Mas não será apenas na universalidade, ou catolicidade, do cristianismo medieval que o romantismo reinterpreta a cultura europeia. A poesia medieval, que já Herder valorizava como *Urdichtung*, poesia original, torna-se objecto de um interesse renovado e os poetas escandinavos ou os bardos celtas

são fonte de inspiração, quer em Inglaterra, quer na Alemanha. E aqui, na Alemanha, fragmentada em inúmeros Estados diferentes, todo um novo pensamento surge, apoiado numa interpretação do vigor e genialidade da cultura germânica, na unidade da sua língua, uma *Ursprache*, nas características do seu povo, um *Urvolk*, um novo pensamento que visa a unificação da Alemanha num grande Estado-nação. Para Mme. de Staël a Alemanha é o coração da Europa e a persistência dos traços da cultura germânica medieval fará dela uma nação jovem e vigorosa, que mantém vivo o espírito da cavalaria e das cruzadas. E Fichte, quando os exércitos de Napoleão estavam às portas de Berlim, pronuncia os seus famosos *Discursos à Nação Alemã* (no Inverno de 1807-1808), onde apela à reeducação dos Alemães pela redescoberta da verdadeira cultura.

Em Inglaterra a Idade Média, como fonte de inspiração e modelo, persiste para lá do romantismo, ao longo da época vitoriana. O período da cavalaria, o reino de Camelot, o rei Artur e os cavaleiros da Távola Redonda surgem em 1842 na poesia de Tennyson, por exemplo. Thomas Carlyle reinterpreta o passado para encontrar orientações sólidas num presente em mudança, rápida e profunda. Em *Past and Present*, publicado em 1843, evoca os modelos da organização monástica medieval para os confrontar com o modelo democrático contemporâneo, bem como os laços de solidariedade que uniam as comunidades medievais para propor aos novos capitães da indústria um novo ideal, o da cavalaria do trabalho. John Henry Newman, que logo nos anos 30 do século XIX começara a procurar, no âmbito do movimento de Oxford, a revitalização da cultura inglesa através da reanimação da igreja anglicana, acabará por encontrar na raiz medieval do catolicismo a expressão mais pura e viva da religião. E, ao reflectir sobre a ideia de universidade, já nos anos 50, estabelece paralelos entre a dimensão universal da Igreja nos primeiros séculos da Idade Média e a missão das instituições universitárias. Também Matthew Arnold insiste no conhecimento daquilo a que chama «o melhor» que já foi pensado e feito e que, na articulação das raízes greco-romanas e judaico-cristãs da Europa, constitui a sua cultura.

Outras interpretações valorizam o período do Renascimento, do humanismo e das reformas, situando aí o advento da Europa moderna. A emergência da ideia de Estado, o desenvolvimento das literaturas nacionais e a divulgação do livro impresso, traduções dos clássicos para línguas vernaculares, o questionar das ideias herdadas, a valorização da individualidade, são algumas das características atribuídas a um período onde os homens de cultura eram cidadãos europeus, unidos pelo saber que partilhavam.

Mas também ao século XVII e à revolução científica se pode atribuir a formação do pensamento de rigor, apoiado na observação dos fenómenos naturais, experimentando alternativas, quantificando resultados, formulando leis universais, que viria a informar o pensamento científico da Europa, esse pensamento que, pouco a pouco, se distancia do pensamento religioso e começa a afirmar metodologias próprias, racionais e quantificáveis, para as ciências da Natureza.

E mesmo no século XVIII, quando o racionalismo triunfa e o cepticismo é corrosivo, surgem manifestações de interesse pelas raízes clássicas da cultura europeia e a valorização do espírito humanitário e de tolerância, tão importantes na cultura ocidental.

Os exemplos poderiam ser multiplicados indefinidamente. Mas creio que o importante é lembrar que diferentes autores, de diferentes nações, procuraram perceber o seu tempo usando uma mesma metodologia: a interpretação de um passado que oferecesse referenciais sólidos a um presente em mudança e que permitisse a definição de atitudes capazes de construir alguma coisa no futuro.

Talvez uma atitude idêntica seja agora necessária. O Tratado de Maastricht explicita aquilo que, até agora, quase só implicitamente fora tratado nas políticas comunitárias — a consciência de que os Estados membros possuem um património cultural comum, mas também que cada um é detentor de tradições próprias, que se expressam em culturas e línguas diferentes. O artigo 128.º do Tratado diz expressamente: «A Comunidade contribuirá para o desenvolvimento das culturas dos Estados membros, respeitando a sua diversidade nacional e regional e pondo simultaneamente em evidência o património cultural comum.» A diversidade cultural da Europa tem a sua manifestação mais imediata e evidente na diversidade linguística. Mas esta diversidade, que é, sem dúvida, elemento enriquecedor da cultura europeia, pode constituir um sério obstáculo à plena realização dos objectivos da Comunidade. A capacidade de comunicação é um instrumento indispensável para a livre circulação de pessoas, quer a mobilidade se destine à frequência de períodos de estudo noutros Estados membros, quer ao desempenho de qualquer actividade profissional. Todos os objectivos descritos no artigo 126.º do Tratado dependem da capacidade de comunicação: a dimensão europeia na educação, a mobilidade de estudantes e professores, a cooperação entre estabelecimentos de ensino, o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas educativos dos Estados membros, o intercâmbio de jovens e até o desenvolvimento da educação à distância.

Acentuar uma política de estímulo à diversidade corresponde a uma opção culturalmente fundamentada. O projecto comunitário não pretende difundir modelos uniformizados, mas sim criar os instrumentos que permitam fazer, com alguma eficácia, as pontes entre elementos diferentes. Teria sido muito simples, de um ponto de vista meramente operacional, adoptar uma das onze línguas oficiais faladas nos Estados membros como língua de comunicação comunitária. Os resultados políticos seriam evidentes: deixaria de ser necessário verter cada documento, e são muitos, para nove línguas diferentes e das salas de reunião desapareceriam as cabines de interpretação. Nós, Portugueses, deixaríamos de reclamar, timidamente secundados pelos Gregos e pelos Dinamarqueses, por não haver tradução simultânea nestas línguas quando os *comités* reúnem em Bruxelas, e as secretárias que se movem no espaço europeu desenvolveriam as suas competências sem essa preocupação acrescentada de terem de ser multilingues.



Mas a Comunidade não poderia tomar esta opção. Nunca onze Estados membros quereriam reconhecer a um 12.º Estado a hegemonia da língua, porque aí todos perderiam o seu carácter cultural específico. Simplesmente, esta escolha voluntária de uma comunidade multicultural e multilingue vem agudizar alguns problemas relacionados com o peso político, económico e social dos diferentes Estados, acentuando-se diferenças que, em vez de enriquecedoras, poderão tornar-se redutoras. Vejamos porquê: o Conselho de Ministros da Comunidade criou, em 1989, um instrumento para o apoio à diversificação do conhecimento de línguas estrangeiras na Comunidade, o programa LÍNGUA. Através do seu desenvolvimento, pretende conseguir-se uma melhoria qualitativa e quantitativa do conhecimento de línguas. Assim o LÍNGUA financia a formação contínua de professores, o desenvolvimento de programas e redes transnacionais de apoio à formação dos docentes, intercâmbios universitários e de jovens que seguem cursos técnicos e profissionais, e apoia também a concepção e desenvolvimento de materiais didácticos para auto-aprendizagem e ensino à distância ou para fins específicos, apoia projectos de auditoria linguística nas pequenas e médias empresas, bem como projectos de certificação em línguas estrangeiras. Tal como foi concebido, o programa dispõe de instrumentos importantes de intervenção e apoio nas diversas áreas onde se pode desenvolver o conhecimento das línguas.

Simplesmente, era fácil reconhecer, à partida, que as diferentes línguas da Comunidade têm pesos relativos diferentes. A dimensão humana e económica dos Estados membros caracterizou de imediato algumas línguas como «mais faladas e ensinadas» e outras como «menos faladas e ensinadas». Com este eufemismo evita falar-se de línguas maioritárias e minoritárias, e o LÍNGUA elegeu, como uma das suas prioridades, o apoio às línguas menos faladas e menos ensinadas. A prática demonstra, porém, que a esmagadora maioria dos professores e alunos, em todos os níveis de ensino, e dos profissionais deseja diversificar ou melhorar a sua formação linguística no âmbito das línguas mais faladas e ensinadas — o inglês, o francês e o alemão. Assim, esta prioridade é, à partida, contrariada pelos próprios falantes de línguas menos faladas e ensinadas, que não desejam, naturalmente, desenvolver competências noutras línguas igualmente «minoritárias». Os outros, os Britânicos, os Franceses ou os Alemães, cultivam e desenvolvem o ensino das suas línguas, com algumas variantes diversificadoras em italiano e espanhol. Os Holandeses e os Dinamarqueses parecem não se importar muito com a sua condição de falantes de línguas menos faladas, utilizando normalmente o inglês na comunicação, e a opinião dos Gregos é um mistério, agravado por um alfabeto expresso em caracteres que dificilmente se encontram nos computadores, nos correios electrónicos ou nas empresas gráficas. Resta a nossa situação, a do português, a terceira língua comunitária mais falada no mundo, mas claramente incluída no já referido grupo das menos faladas e ensinadas na Europa.

Ao contrário do que acontece nos Países Baixos ou na Dinamarca, há em Portugal manifestações expressas de vontade de, através da língua, manter

viva e dinâmica a cultura de raiz ou influência portuguesa no mundo. Mas os Portugueses parecem ter uma facilidade para a comunicação maior do que a maior parte dos europeus. E, assim, frequentemente se antecipam no contacto com outros e, utilizando logo a língua deles, tornam-lhes dispensável o uso da nossa. Os Portugueses possivelmente anteciparam, na prática, há séculos, aquilo que é costume constatar-se agora nas relações económicas: que é possível comprar sem conhecer línguas estrangeiras, mas não é possível vender. Assim, as próprias circunstâncias da economia orientada para a exportação ou para os intermediários internacionais impõem uma formação linguística como condição de êxito. Em Portugal as empresas não têm manifestado grande sensibilidade relativamente à formação linguística dos seus quadros e pessoal em geral. Só muito recentemente começou a haver indícios de resposta às solicitações feitas pelo LÍNGUA, o que é motivo de optimismo. Em contrapartida, várias instituições de ensino superior estão a desenvolver projectos no âmbito dos materiais didácticos ou certificação, que poderão contribuir para diferentes fases de aprendizagem ou reciclagem, em línguas estrangeiras. Quanto ao português como língua estrangeira, as nossas ofertas de formação têm sido escassas, e a procura correspondentemente reduzida. Mas também aqui há indícios animadores quanto ao aproveitamento de recursos humanos existentes e ao lançamento de novas iniciativas.

A situação paradoxal a que me referi atrás, porém, mantém-se. Os povos que falam línguas menos faladas e ensinadas precisam de preparação nas outras línguas, e, ao financiar a formação individual, a Comunidade está, afinal, a financiar as línguas mais faladas.

Estas reflexões servem sobretudo para concluir que a Comunidade está ainda à procura dos caminhos mais adequados ao desenvolvimento dos seus objectivos. Mas entre esses objectivos assume lugar relevante a plena expressão da identidade cultural de cada um dos Estados membros, mesmo quando essa identidade é fragmentada regionalmente. A Europa comunitária quer assumir a sua cultura, ou as suas culturas, porque apenas com a valorização cultural as medidas unificadoras, ou harmonizadoras, nos planos político ou económico poderão ser interiorizadas e assumidas. Caso contrário, a Comunidade poderá transformar-se numa superestrutura burocrática, artificialmente regulamentadora, alheia à vida das pessoas.

A melhor maneira para que isto não aconteça é promover o debate sobre todas estas questões. Há que rentabilizar os recursos que a Comunidade põe ao dispor da educação e da formação, mas há que perceber também qual é a natureza desta Europa, que todos os dias se vai formando e consolidando. E então talvez Portugal deixe de ter o olhar esfíngico e fatal de que falava Pessoa, por passar a saber, exactamente, onde é o seu lugar na Europa e no mundo:

*Maio de 1992.*